

A PRESENÇA DA ÉTICA COMO COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Sandra Maria Zanello de Aguiar
Mestra em Serviço Social - PUC, São Paulo
Professora do Curso de Serviço Social da UNICENTRO

A profissão de Serviço Social, quando diz que tem como compromisso o atendimento das necessidades humanas que se constituem em direitos, focaliza a sua prática em interesses sociais historicamente determinados, pois entende que o homem é um sujeito histórico que tem passado, presente e futuro e que suas necessidades estão ligadas ao seu desenvolvimento material e espiritual, em consideração à sua genericidade e singularidade.

Isto significa, primeiro, que o compromisso deve estar voltado para as particularidades dos fenômenos sociais, já que é fundamental situar a prática do profissional do Serviço Social no cotidiano, em atendimentos de questões de caráter imediato, no seu âmbito particular de trabalho, ou seja, em suas respostas às requisições da população que demanda necessidades de sobrevivência. O Serviço Social, assim, objetiva ações voltadas à satisfação das necessidades humanas direcionadas à efetivação dos direitos, bem como às atribuições profissionais determinadas pela sociedade e pela profissão em cada momento histórico. Segundo, que o compromisso em sua particularidade, necessita de uma base teórico-metodológica, ética e política que explique as múltiplas manifestações da “questão social” para que o agir profissional se aproxime da realidade de forma crítica, tendo como perspectiva a superação da imediaticidade e da aparência dos fenômenos sociais.

O compromisso, aqui, é entendido numa perspectiva histórica e crítica, ou seja, num modo de conceber os vínculos e mediações da profissão com as classes sociais, na construção dos diferentes discursos, de suas bases teóricas, e na maneira de pensar, interpretar e representar a vida social, até para que o significado de “ter-se compromisso” não acabe numa colocação mecânica contra o instituído, sem qualquer fundamentação.

Muitas vezes, esse discurso é baseado em perspectivas herdadas do passado, sem uma análise crítica que compreenda o conhecimento acumulado, exigindo, deste modo, um profissional culturalmente atualizado e que atenda politicamente às transformações da vida social.

O compromisso implica questões técnico-políticas que não reiteram o “saber fazer” imediato, a-crítico, recusando os espontaneísmos, os voluntarismos, os determinismos. É preciso explicitar as manifestações particulares que surgem

no campo de intervenção do Serviço Social, indicando estratégias de ação que objetivem o conhecimento da realidade, recusando a abstração e a imediatividade das particularidades para ler o real em sua totalidade, no teorismo distanciado da prática profissional.

Aqui entra a discussão do compromisso na perspectiva da exigência de análises teóricas e históricas concretas, de situações concretas e reais do cotidiano, e não apenas o discurso “mágico” do “compromisso com a classe trabalhadora” como “sujeito da história”. É preciso pensar a relação entre o compromisso e a direção social, situando o usuário como classe, sob o ponto de vista do coletivo social.

Como já se disse anteriormente, a relação compromisso-direção social - sustentada teórica e metodologicamente, ética e politicamente - é de fundamental importância, porém deverá estar fundada em princípios e valores que denotem a objetivação das práticas dos profissionais de Serviço Social. Ou seja, segundo o Código de Ética Profissional do Assistente Social, a viabilização do compromisso com os usuários supõe que este profissional construa modos de intervenção que possibilitem a participação dos usuários nas decisões e qualidade dos serviços sociais, publicizando toda e qualquer mudança institucional, especialmente quando envolver a vida dos mesmos.

Os modos de intervenção não devem ser compreendidos somente na dimensão do instrumental técnico-operativo, mas, sim, na busca do espírito científico, na apreensão dos fatos, fenômenos, processos e práticas. É preciso compreender como base o conhecimento aproximado das demandas fundadas nas relações sociais capitalistas, que têm em seu centro a reprodução do capital e do trabalho, e do compromisso competente do Serviço Social e de seus profissionais nesse reordenamento sócio-econômico e ético-político.

Este conhecimento é necessário e pertinente, uma vez que a profissão se origina a partir de necessidades e possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento desigual da sociedade capitalista. Sua ética, portanto, só pode ser entendida como produto histórico das condições determinadas por essa sociedade, ou seja, tornando-se objetiva através da prática moral, da ação ética e da reflexão filosófica sobre elas, segundo as necessidades sociais determinadas historicamente.

Como tal, a ética recebe determinações da sociedade, mas, também, pode ser direcionada pelos profissionais em termos da sua contribuição para o fortalecimento dos direitos dos usuários tomados como classe social no interior de uma sociedade geradora da desigualdade e do desrespeito aos direitos humanos.

Nesta perspectiva, que corresponde ao avanço ético e político da profissão, a partir dos anos 80, visualiza-se a necessidade de compreensão do cotidiano das demandas de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que inclui populações nos serviços sociais, exclui, justamente pelo modo como aquela inclusão apresentar-se provisória e imediatamente; é preciso compreender que, mesmo tendo caráter compensatório, a oferta dos serviços sociais é necessária para o acesso da população aos bens e serviços.

Esta compreensão se traduz em compromisso pautado na objetivação ética da prática, pois, sem a realização prática, o compromisso com valores torna-

se apenas um ideário. Isto supõe a crítica à moral dominante e às suas formas de objetivações pautadas no individualismo e na valorização do privado, negando a prática do desenvolvimento da sociabilidade inerente ao trabalho e à cultura, e, especialmente, impedindo que os interesses coletivos sejam legitimados eticamente na direção da justiça social.

É necessário que se tenha consciência de que na sociedade existem tendências morais que orientam a realização das necessidades individuais ou coletivas e podem, por possibilidades de - e através da - não aceitação das normas e valores estabelecidos, criar novas normas e valores que neguem os valores individualistas e defendam os direitos e a justiça social.

De um modo geral, as normas e deveres são incorporados mecanicamente, sem qualquer crítica, até porque o indivíduo só toma consciência do constituído quando o seu modo de ser é interrompido pelas exigências postas.

Refletindo com BARROCO (1999), a profissão do Serviço Social é originada a partir de necessidades e possibilidades da sociedade capitalista. Sua ética, portanto, só pode ser entendida como produto histórico das condições determinadas por essa sociedade, objetivando-se através da prática moral, da ação ética e da reflexão filosófica sobre elas, segundo as necessidades sociais determinadas historicamente e a serem determinadas pelos sujeitos sociais, sempre na direção de uma garantia de sobrevivência na perspectiva individual.

A moral tem um significado subjetivo quando entendida do ponto de vista da aceitação, por parte dos indivíduos, dos valores direcionados às ações que serão expressadas, compondo a intencionalidade objetiva dos indivíduos, sejam elas de caráter a transgredir ou negar o que está instituído, pois a moral "(...) sempre comporta códigos morais alternativos" (BARROCO, 1999, p. 124).

Mesmo sendo a liberdade e a autonomia dos indivíduos relativas, as suas possibilidades e intencionalidades não deixam de influenciar e produzir conseqüências para o conjunto das relações sociais. Quanto a serem "justas" ou "injustas"; "boas" ou "más", depende de sua capacidade crítica frente ao que a sociedade estabelece em suas normas e valores. É preciso compreender a manifestação da subjetividade do indivíduo, ou de como o indivíduo irá formular as suas representações - sempre indicando intencionalidades que, em última instância, estarão voltadas à reprodução das relações sociais - para se entender as implicações que envolvem um comportamento de "ruptura", ou seja, de negação da alienação ético-moral.

Retomando as reflexões feitas até agora, é importante ressaltar os conteúdos referentes à forma de estruturação de uma sociedade dividida em classes, que tem como fundamento um modo de produção capitalista que divide o trabalho sócio-tecnicamente, criando diferentes tipos de atividades e, conseqüentemente, de aprendizagem. Este ponto de reflexão é interessante para o Serviço Social na definição do seu compromisso e direção social, já que inscreve a objetivação no atendimento de demandas requisitadas pelos usuários das políticas públicas e pelo capital.

Nesta questão, há duas conseqüências: uma está na base do enfrentamento de classe, que origina a exploração, e a outra, no fundamento de

uma limitação do indivíduo, que afeta a educação e a formação, limitando as suas faculdades criadoras, ou seja, a emancipação política e a emancipação humana.

A relação entre o compromisso e a educação e o ensino do Serviço Social e a divisão do trabalho não são uma mera proximidade, nem tampouco uma simples consequência; são uma articulação profunda que explica, com toda clareza, os processos educativos e a possibilidade de instituir uma ética e uma ação política voltadas para a transformação da sociedade, tendo como parâmetros a emancipação social e a emancipação humana dos sujeitos envolvidos neste processo.

Assim, ter compromisso é ter consciência das funções assumidas de maneira crítica e responsável, de modo a intervir na sociedade numa perspectiva de transformá-la.

O compromisso se objetiva eticamente quando o profissional tem comportamentos que se voltam ao combate à corrupção e ao individualismo, lutando pela justiça social, isto é, o compromisso ético é a substância da resposta competente.

Embora a profissão do Serviço Social seja pautada por contradições, isto não inviabiliza um projeto profissional direcionado à perspectiva de um compromisso com a construção de novos modos de vida orientados pela democracia, liberdade e justiça social, o que supõe a ampliação da consciência social dos profissionais e posicionamentos ético-políticos. Principalmente, é preciso saber traduzir, na prática, as estratégias para a viabilização deste compromisso, uma delas está no conhecimento filosófico como ponto de partida para a compreensão da origem dos determinantes políticos, sociais e econômicos, pois implicam intencionalidades e, estas, ética e valores.

A ética, por sua vez, encaminha o pensamento a uma postura de reflexão filosófica sobre si própria, que, segundo BARROCO (1992, p. 84), apresenta características centradas

... na busca de um saber inteiro, isto é de totalidade. Perspectiva de ir às raízes, ou seja, de não se contentar com a aparência dos fenômenos, buscando apreender a sua essência. Constante indagação sobre o significado dos valores, o que, no caso da ética, quer dizer perguntar sobre o porquê da escolha de valores e para onde esta escolha me leva.

Todavia, percebe-se que há, na construção do processo da formação profissional do assistente social, perspectivas conservadoras, por exemplo, a concepção tradicional sobre a ética consolidada em bases metafísicas e idealistas, reproduzindo o modo positivista de fragmentar a moral em diferentes setores, ou seja:

... uma moral sexual, uma moral política, uma moral profissional, uma moral privada (...) situando a filosofia como o conhecimento do “bem absoluto” e a ética como a ciência que deve prescrever as normas decorrentes dos princípios explicitados pela filosofia. O mesmo ocorre em relação à formação profissional

dada nas primeiras escolas de serviço social que enfatizavam a necessidade do estudo da filosofia e da ética como fornecedores da base moral do comportamento profissional (BARROCO, 1992, p. 86-87).

O processo da formação profissional ainda conserva traços tradicionais desse posicionamento de segregação, especialmente quando reduz a ética profissional ao comportamento moral individual, ou ao Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Outro dado relevante no processo da formação profissional diz respeito à ética como uma disciplina divorciada da Filosofia, bem como à idéia de que a ética se restringe ao Código, como se este instrumento desse conta da análise e reflexão fundadas no conhecimento da Filosofia e as superasse.

Esta preocupação é evidenciada por BARROCO (1992) no momento que explicita a dificuldade que o assistente social apresenta diante da necessária e fundamental mediação entre a ética e a Filosofia, chamando atenção da categoria profissional para uma melhor preparação com relação a essa disciplina.

Para tanto, a emergência das discussões e reflexões que culminaram com a elaboração do atual Código se voltaram para a construção do processo de formação profissional centrado na abordagem filosófica como propositura do ingresso da profissão de Serviço Social em uma discussão conjunta na perspectiva da interdisciplinaridade.

De certa forma, esta perspectiva tem levado a profissão à compreensão de que a ética é um elemento constituinte, constituído e constitutivo do processo da formação profissional, pois respalda e subsidia as disciplinas teóricas e metodológicas, evitando a separação, mais ou menos natural ao Serviço Social, entre o Código e o agir profissional e entre a ética e a postura profissional.

A ética, do ponto de vista da dicotomia, acaba por reproduzir uma tendência dirigida a uma concepção moralista, fundamentada na metafísica e no idealismo. “Neste sentido, qual é o requisito das escolas para a escolha de professores de Ética? Ensina Ética quem tem ‘vontade, afinidade’, ou quem se prepara filosoficamente para isso?” (BARROCO, 1992, p. 87-88).

Neste contexto, a ética profissional pode ser reconhecida como um meio de ir às raízes dos problemas, à essência dos porquês da reprodução e produção dos mesmos no movimento histórico da realidade social. Para tanto, é preciso superar a visão abstrata idealista que permeia a história da ética profissional.

Os códigos de ética profissional também se constituem em instrumentos fundamentais para acompanhar o processo de desenvolvimento das profissões e de seus compromissos ético-políticos; porém, não os reduzir à sua função particular, pois a questão valorativa da ética ultrapassa o projeto profissional como um todo, avançando para a superação de normativas morais e prescrição de direitos e deveres. Deste modo, é preciso ultrapassar a visão ética legalista, formal, que restringe a discussão ética ao Código.

BARROCO (1999) explicita a “falta de debate filosófico sobre a dimensão moral da profissão (...), que acaba por dificultar o entendimento da ética, da dimensão moral da profissão e do Código como espaços diferenciados e não iguais”. Isto

evidencia a visão legalista de moral incidindo em práticas que cerceiam a liberdade e autonomia do profissional, reduzindo a ética a uma condição normativa formal.

Esta visão denuncia o compromisso profissional fundado na justiça social, na pluralidade e, mais que isto, inviabiliza um projeto ético-político da profissão em razão da rigidez de concepções sustentadas em bases conservadoras.

Por outro lado, tem-se a afirmativa de NETTO (1999) segundo a qual os projetos profissionais apresentam profundas dimensões políticas, tanto na direção de um projeto societário quanto na direção das particularidades da profissão. Tais dimensões políticas nem sempre são explicitadas, até porque a profissão tem um fundamento muito forte com base em direções conservadoras, especialmente quando nega aquelas dimensões.

Neste movimento, há tensões, lutas e conflitos, justamente por não haver como excluir ou ignorar as divergências e contradições; do contrário, estar-se-ia consolidando a ausência do pluralismo e do respeito a ele, que é um princípio democrático.

Assim, é a compreensão necessária do projeto societário hegemônico que, muitas vezes, não sintoniza com o projeto profissional, nascendo um confronto entre eles por questões de interesses tanto individuais quanto coletivos.

A construção coletiva de um projeto ético-político profissional de qualquer profissão sempre implica componentes distintos: um conceito ideal de profissão, os valores que o legitimam, a função social e seus objetivos e competência técnica. A articulação destes componentes é que inscreverá a profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, conseqüentemente, reconhecida e legitimada pela sociedade.

Os profissionais devem, então, dispor de um saber teórico-político e de instrumentais técnico-metodológicos fundados em princípios e valores éticos, com vistas a direcionar sua prática e projetos de forma a estabelecer nexos com as prioridades da agenda político-democrática contemporânea fundada, entre outros elementos, na garantia dos direitos sociais e humanos. Isto porque é preciso dar um sentido à ação profissional alicerçado na racionalidade do projeto ético-político da categoria, que se insere nas propostas coletivas da sociedade brasileira direcionadas a uma cultura pública democrática.

Pautando-nos pela reflexão marxista, é possível objetivar o processo da formação profissional do assistente social direcionado a um compromisso político, de um saber competente, ou seja, a materialização da capacidade do profissional em argumentar, em revidar pela via da fundamentação teórica, de questionar teoricamente as contradições existentes na dinâmica da sociedade capitalista que interfere, sobremaneira, na prática profissional, e não somente contestar e agir, geralmente dentro de um caráter tecnocrático e corporativista.

Com esta postura, a profissão não consegue se situar como força política, nem como detentora de um nível de autonomia e decisão que lhe confira possibilidades de reversão a partir da crítica da sua própria prática, e desvaloriza a relativa autonomia que possui e que lhe foi conferida pela sua inserção na relação entre capital e trabalho e pela não consciência e ascensão dos serviços que presta como domínio específico que lhe é confiado como condição e especificidade da

profissão para se inserir na complexidade social. Além disto, deixa de reconhecer que sua ação é uma exigência do capitalismo para melhor reprodução do sistema e, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, expressão concreta e possível do reconhecimento do trabalho.

A questão valorativa da ética envolve escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais. Por esta razão, os projetos ético-políticos das profissões devem estar voltados a uma ética que garanta a efetividade histórico-concreta combinada com uma direção político-profissional.

A determinação de um projeto coletivo em que o indivíduo seja considerado real e concreto, com seus problemas, constitui-se em um dos indicativos para explicitar o projeto ético-político da profissão.

O que determina uma escolha individual sensata é o elemento da subjetividade que está relacionado com o comportamento de cada um no processo. É preciso compreender o indivíduo nas múltiplas dimensões, considerando “a ética da responsabilidade na apreensão das diversas formas de manifestação do indivíduo na realidade social (...) e a noção de compromisso” (AZEVEDO, 1998, p. 130), que implica a aproximação profissão do Serviço Social com a questão ético-política; no maior envolvimento dos profissionais no mundo da filosofia para compreensão do projeto político da formação profissional que aponta para uma direção fundamentada em valores que libertam, que se constituem no desenvolvimento das individualidades ou emancipação social dos indivíduos.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, nas considerações de BARROCO e NETTO (1999), constitui-se em um dos elementos mais legítimos de composição hegemônica pela construção de um projeto profissional diante do movimento que provocou no interior da categoria. Porém, ainda não se pode considerá-lo desvelado teórico-operativamente por todos os profissionais, até porque esta discussão é nova e também porque o assistente social carece de preparo técnico-metodológico para aprofundar categorias filosóficas que fundamentam a questão da ética, dos valores.

Um projeto profissional de caráter ético-político tem que voltar sua atenção para os fundamentos da ética (sociais e históricos) e, para se ter conhecimento dos fundamentos da ética, é imprescindível compreender os fundamentos do homem, ou seja, “o conjunto de atributos que fazem dele um ser específico” (BARROCO, 1999, p. 121).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. F. de. *Serviço Social e marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.57, 1998, p. 130.

BARROCO, M. L. S. *O novo código de ética profissional do assistente social*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.39, 1992, pp. 80-90.

_____. *Os fundamentos sócio-históricos da ética*. CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB, Brasília: Módulo 02, 1999, p.121-134.

NETTO, J. P. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB, Brasília: Módulo 01, 1999, p. 93-108.